



# Secção V

Recensões



Laville, J. L., et al. (coord) (2004). *Economia Social y Solidaria. Una visión europea*. Buenos Aires, Altamira: Fundación OSDE

França Filho, G. C. de (2002). “Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais”, *Revista Bahia Análise & Dados*, v. 12, n. 1, pag. 9-19.

## Uma visão Europeia de Economia Social e Solidária

Hugo Coelho<sup>1</sup>

A Economia Social (ES) surge na Europa no séc. XIX a partir do movimento associativista operário assentando os seus princípios no ideário da ajuda mútua (o mutualismo) da cooperação e da associação. Esta nova forma de economia resulta da necessidade de encontrar respostas ao degradingamento das condições de vida, de trabalho e de protecção laboral de muitos operários e trabalhadores no período da Revolução Industrial.

No entanto suas raízes e origens remontam a muitos anos antes, por exemplo na Idade Média, eram abundantes as formas de trabalho colectivo e de organização de pessoas para realização de tarefas comunitárias, sociais, económicas, sendo as mais conhecidas os Grémios e as Corporações que detiveram grande capacidade económica política e militar., terminando este tipo de associações colectivas em 1791 em França após a adopção de uma lei que proibia a sua existência.

Nos finais do séc. XIX e inicio do séc. XX surgiram as primeiras formas de Cooperativa (primeiramente as de consumo, depois as de produção e posteriormente outros tipos de cooperativas como por exemplo as de crédito); as primeiras Sociedades de Socorros Mútuos (poupanças colectivas para assegurar os seus membros em casos de saúde), Caixas de Resistência (fundos para serem aplicados em períodos de greve); Uniões Sindicais (com enfoque nas condições salariais e de trabalho) e outras formas alternativas de agregação e união para solucionar problemas que nem o Estado nem o Mercado solucionavam.

<sup>1</sup> É licenciado em Gestão (ISEG) e mestre em Desenvolvimento (ISCTE). Investiga sobre Extensão, Desenvolvimento Local e Economia Solidária. É presidente da Conectar Desenvolvimento & Inovação. (mail: hugo\_palma@yahoo.com)

Algumas destas formas de Economia Social perderam lugar nas sociedades e economias europeias quer pelo crescimento do Estado Providência através das políticas keynesianas no pós-crise 1929, quer nos denominados 30 anos gloriosos onde se registou grande crescimento económico até à década de 70.

Nos anos seguintes dá-se lugar ao crescimento das políticas liberais diminuindo, de uma forma geral nos países europeus, o papel do Estado na regulação e protecção social (o chamado “Estado Mínimo”) surgindo por isso novamente a oportunidade e as condições para o ressurgimento da ES. Assim, a partir de 1974 começam a surgir alternativas:

- nos anos 1970 aparecem as associações e prolifera o mundo associativo (ONGs)
- nos anos 1980 criam-se as empresas sociais, as Sociedades Anónimas de trabalhadores (SAT), as Cooperativas com apoios autárquicos e municipais, associações de desenvolvimento local, etc.

Na proliferação de organizações e novos modelos organizativos existiu a necessidade de se caracterizar e mapear estas iniciativas, surgindo assim denominações diversas como terceiro sector, Economia Social, Economia Solidária, Economia Popular, Economia Informal, Terceiro Sector, entre outros (França Filho 2002).

De acordo com estes autores a ES na sua génese é oriunda dos sectores populares, combinava as dimensão social e económica, englobando ainda uma dimensão política relativa ao direito do trabalho. Destacavam-se nas suas iniciativas o facto recusarem a autonomia do aspecto económico nas suas práticas face aos demais aspectos (social, político, cultural, etc.). Laville (2004) refere ainda que a ES não se deve confundir com o conceito de 3º Sector (definição norte americana e anglo-saxónica que diz respeito às organizações sem fins lucrativos - not profit organizations) devido a facto de este último na englobar o critério de redistribuição, excluindo-se por isso as cooperativas e mutualidades deste 3º Sector.

Acompanhando a evolução das dinâmicas e iniciativas da ES, a União Europeia passou reconhecer, a criar enquadramentos legais e a estreitar ligações com a ES tanto na década de 1980 a Comissão Europeia criou uma Direcção Geral dedicada à ES tendo sido suprimida no fim dos anos 90. Durante estes anos a UE começa a incentivar a criação de redes e Congregações europeias de Cooperativas, de Associações, de Mutualidades, etc. e em 1992 realiza-se o 1º Congresso Mundial de Empresas de Inserção, em 1993 Jacques Delors lança o livro Branco para dar resposta a novas necessidades sociais e criação de emprego e em 1999 é organizada pelo Conselho Económico Europeu a 1ª Convenção da Sociedade Civil com o objectivo de dar início ao “diálogo civil” e as associações são valorizadas no sentido de se construir uma participação cidadã na construção europeia.

Hoje a Economia Social detém um peso significativo, quer pela quantidade de pessoas que mobilizam, quer pelo número de serviços e produtos prestados, quer ainda pela satisfação de necessidades de segmentos excluídos da sociedade. Sendo esta economia detentora de uma pluralidade de formas e práticas caracterizam-se nestas 4 grandes áreas: cooperativas, organizações mutualistas, fundações e algumas formas de associação.

No entanto observou-se uma separação jurídica do movimento e a integração destas organizações (a exemplo das cooperativas e mutualidades) ao sistema económico dominante e ou tornando-se altamente institucionalizada e dependente do Estado.

Como movimento de renovação e re-actualização da ES surge nos anos 60 e 70 a Economia Solidária que critica a cristalização e institucionalização da ES, desta se telo facto desta se ter tornado por um lado uma economia subsidiária do Estado actuando numa lógica de solidariedade filantrópica, e por outro como uma economia “prestadora de serviços subcontratados pelo Estado”.